

ANÁLISE DE UMA INICIATIVA MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Natália Costa Cançado
Universidade de São Paulo (USP)
nati.fran@hotmail.com

Bianca Cristina Correa
Universidade de São Paulo (USP)
biancacorrea@ffclrp.usp.br

INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto de uma dissertação de mestrado concluída no bojo de uma pesquisa coletiva, que teve por objetivo mapear e analisar a gestão na educação infantil na microrregião de Ribeirão Preto que, atualmente, é cidade polo de uma região considerada metropolitana. Neste texto, apresentamos sinteticamente os principais dados construídos por meio de análise documental e de entrevistas semiestruturadas sobre procedimentos de avaliação desenvolvidos no município, destinados a crianças de 4 e 5 anos e denominada como Sistema Municipal de Avaliação (SIMA).

O nome dado ao processo sistemático de avaliação nos chamou a atenção quando estivemos em um primeiro encontro para entrevistas iniciais sobre os dados de educação infantil local. Por essa razão, neste trabalho buscamos analisar a proposta de avaliação, tendo em vista a interface existente entre avaliação e qualidade da educação infantil.

DESENVOLVIMENTO

Em nosso estudo, constatamos que o município não contava com sistema próprio, o que o obrigava a seguir toda a legislação e dinâmica do Conselho Estadual de Educação, submetendo-se às suas normativas, tanto quanto à rede estadual, no que se refere aos outros níveis de ensino. Assim, quando soubemos que havia um sistema próprio de avaliação da educação infantil, com essa designação, inicialmente supusemos que se tratasse de um modelo estruturado e, ainda, que estivessem falando, de alguma forma, de documentação pedagógica, tal como encontrado em alguns casos pelo trabalho de Cláudia Pimenta (2017).

Todavia, o que nossa pesquisa constatou foi a aplicação de provas padronizadas a crianças de 4 a 5 anos, sob a forma de testes de escrita. Vale dizer, antes de apresentar as principais características do referido sistema, que para nós a avaliação no contexto educativo deve ser entendida como um processo formativo e democrático com “atenção às variáveis do processo [...] pleiteada como dialógica e dialética, voltada para a transformação, tanto no plano pessoal como no social.” (MORO; SOUZA, 2014, p. 103).

O SIMA guardava muitas semelhanças com os modelos padronizados e utilizados desde longa data pela Secretaria de Estado de São Paulo, com o SARESP, destinado a alunos do ensino fundamental, bem como por outras redes estaduais. A pesquisa de doutorado de Cláudia Pimenta (2017) evidencia uma enorme variedade de modelos avaliativos realizados no âmbito municipal, demonstrando que embora haja proposições voltadas a avaliar os aspectos do contexto ofertado, prevalecem as iniciativas com foco no desenvolvimento e/ou aprendizagem, sendo que, nas pré-escolas há uma tendência a se enfatizar habilidades de leitura e escrita.

Dois aspectos nos intrigam demasiadamente no SIMA: eles seguem os modelos adotados na rede estadual para crianças do 1º, 2º e 3º anos do ensino fundamental a crianças de 5 e até 4 anos de idade, como listas de desenhos para que elas escrevam seus nomes, listas de palavras ditadas para serem escritas, etc. Vejamos um desses exemplos: trata-se do mais convencional e um dos mais antigos para “treinar” crianças a conhecerem o alfabeto. O desafio aí parece ser o de identificar os desenhos, já que poucos seriam capazes de decifrá-los completamente.

PORTUGUÊS													
<p>1) ESCREVA SEU NOME COMPLETO:</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>2) ESCRITA ESPONTÂNEA:</p>		<p>3) CIRCULE O NOME DA FERRAMENTA CORRESPONDENTE AO DESENHO:</p> <p>SABONETE</p> <p>SERROTE</p> <p>SOBREMESA</p>											
 _____  _____  _____  _____		<p>FUNIL</p> <p>FURADEIRA</p> <p>FUMAÇA</p>											
		<p>4) ESCREVA AS LETRAS QUE A PROFESSORA DITAR:</p> <table border="1" style="width: 100%; height: 40px;"> <tr> <td></td><td></td><td></td><td></td><td></td> </tr> <tr> <td></td><td></td><td></td><td></td><td></td> </tr> </table>											

Figura 1 – Itens da prova aplicada para crianças de 4-5 anos
 Fonte: SIMA.

O segundo teste é ainda mais desafiador para a criança, e não no que se refere à alfabetização, mas, antes, ao próprio reconhecimento da imagem. Primeiro porque a criança talvez nunca tenha visto um serrote ou serra elétrica, segundo porque as ilustrações são bastante irreconhecíveis. Nos limites deste trabalho, importa-nos mencionar os procedimentos de controle quanto à aplicação dos testes e de divulgação do que seriam os resultados. No Jardim I, que recebe as crianças de 4 anos, a prova é aplicada por uma profissional da SME, individualmente, e no Jardim II, com as crianças de 5 anos, as professoras se alternam entre as turmas. No que toca aos resultados, estes são divulgados por meio de gráficos relativos ao desempenho das turmas e escolas, ficando a discussão sobre qualidade limitada à esfera do desempenho individual dos alunos e das professoras.

Assim, quando Christian Laval e Pierre Dardot (2016) afirmam que a “nova razão do mundo” é o neoliberalismo, podemos afirmar que neste estudo, ainda que as pessoas envolvidas não tenham sequer tido tempo para analisar, do ponto de vista econômico e político as suas ações com o desenvolvimento do SIMA, elas

certamente estão colaborando para o “nova razão”, ao iniciarem crianças tão pequenas em protocolos que envolvem o individualismo, a competitividade, a meritocracia, a exclusão, entre outros aspectos envolvidos nessa lógica tão didaticamente equivocada quanto econômica e politicamente neoliberal.

Nesse contexto, nosso estudo demonstrou, ainda, que a iniciativa é reconhecida pelas professoras como uma prática verticalizada, imposta pela SME, sendo a sua função limitada a de "professor aplicador", tal como está definido nos documentos que analisamos, relativos à proposição do município. Discorrendo acerca da possibilidade de participação na elaboração da proposta, na definição de seus objetivos, métodos e instrumentos, o relato a seguir nos permite evidenciar que avaliação se apresenta como uma forma de “cobrança”: “Participamos de como seria cobrado, como seria aplicado, porque é cobrado, né, tem um índice, aí você vê o que vai ser cobrado!” (Professora Glória¹, 2016).

Por outro lado, nossos dados evidenciam formas de resistência das professoras. Uma das entrevistadas nos informou ter abandonado um de seus cargos por discordar da proposta avaliativa e das concepções que a fundamentam. Nessa perspectiva, ainda nos dá esperança o fato de que também as crianças reagem, não aceitam passivamente as ordens que vêm de cima, choram, recusam-se a participar, questionam, buscam alternativas mais significativas e divertidas. Assim, é possível “esperançar”, como já sugeria Paulo Freire (1996).

RESULTADOS E CONCLUSÕES

As determinações legais, tais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009) recomendam fortemente que a avaliação na educação infantil ocorra com a finalidade de acompanhar a criança em suas experiências, sem o objetivo de promovê-la, classificá-la ou compará-la. A avaliação do SIMA, além de desconsiderar tais prescrições, ignora o desenvolvimento enquanto um processo complexo e composto por múltiplos aspectos. As especificidades da etapa e as necessidades das crianças nela atendida são rejeitadas em detrimento da alfabetização precoce. O SIMA desconsidera, ainda, dimensões essenciais do contexto educativo que impactam a qualidade da educação infantil, tais como:

¹ Nome fictício.

infraestrutura física e de materiais das instituições de ensino, formação de professores, proposta pedagógica, organização dos espaços, entre outros.

Evidenciamos a necessidade de problematizar sobre quais concepções de infância e educação o trabalho pedagógico na educação infantil tem sido fundamentado, demonstrando que mesmo havendo um arcabouço teórico que se reflete na legislação, pela produção acadêmica e por documentos publicados pelo Ministério da Educação (MEC), a identidade dessa etapa educacional ainda está em construção.

Questionamos o modo verticalizado do modelo, pois entendemos que avaliar a qualidade educativa implica mais do que atribuir um juízo de valor a um determinado resultado, com base em padrões definidos *a priori*. Significa garantir processos compartilhados, autênticos e democráticos na definição dos objetivos para a tarefa educativa, assim como a possibilidade de reflexão acerca das várias dimensões que constituem o contexto educativo para que ele, de fato, possa ser alterado qualitativamente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, DF, 2009.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LAVAL, C. DARDOT, P. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Trad. Mariana Echalar. Boitempo: São Paulo, 2016

MORO, C.; SOUZA, G. de. Produção brasileira sobre avaliação em educação infantil: primeiras aproximações. **Est. Aval. Educ**, São Paulo, v. 25, n. 58, p. 100-125, maio/ago. 2014.

PIMENTA, Cláudia Oliveira. **Avaliações municipais da educação infantil: contribuições para a garantia do direito à educação das crianças brasileiras?** 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.